

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda da questão 01 à 03.

Cultura: por que e para quem?

Fernando Silva

Afinal, você tem cultura? A resposta é simples: sim, você tem!

O conceito de cultura é bastante amplo e definido com focos distintos, a depender-se da corrente de pensamento ou dos estudiosos que a interpretam. Entretanto, o termo está presente em muitos momentos de nossas vidas, em circunstâncias de aprendizagem escolar, em conversas cotidianas entre amigos e família e até em discussões pela internet. Em certas ocasiões, é comum que se haja conflitos ligados ao uso de frases como “você não tem cultura” ou “isso sim é cultura”. Hoje, no Blog do Espaço, discutiremos sobre por que cultura e, principalmente, para quem?

Alta cultura e baixa cultura?

Podemos começar por um curto panorama acadêmico. Os Estudos Culturais nasceram por volta dos anos 60, principalmente a partir de reflexões do crítico britânico de literatura Raymond Williams. Este campo foi e é essencial para análise e investigação interdisciplinar que explora as formas de produção de significados e da difusão nas sociedades atuais.

Dentre os trabalhos produzidos nessa área, notou-se que termos como ‘alta cultura’ e ‘erudição’ surgiram há muito tempo, datados entre os séculos XIII e XIX na Europa, a partir de referência aos clássicos da Grécia e Roma antigas, criados pelas elites dominantes. A cultura popular, e mais tarde a cultura de massa, surgiram então como modos classificativos de oposição ao que se considerava erudito. Traços dessas definições marcaram nossa sociedade. Na atualidade, não é difícil que se encontre indivíduos que acreditam em formas de cultura superiores a outras.

É comum que se utilize a cultura como sinônimo de sabedoria, educação e refinamento. Neste pensamento, entende-se que títulos universitários, volume de leituras e até a inteligência são aspectos que ditam o quão culturalmente desenvolvido determinado indivíduo é. Aqui, a cultura é uma palavra usada para classificar as pessoas e, por diversas vezes, grupos sociais, servindo assim

como uma arma discriminatória.

Pense no Brasil, um país rico em território, com cinco regiões tão distintas, com crenças múltiplas, variadas manifestações culinárias e ampla diversidade. É impossível que se aponte culturas superiores em detrimento de outras, afinal, existem diversas formas de manifestação cultural. Se este exemplo se aplica a um país, imagine em todo o mundo.

“Um carnavalesco e um religioso não podem ser classificados em termos de superior ou inferior”, é o que aponta o antropólogo Roberto Da Matta. As relações são complementares, e isto significa que há tanta cultura no carnaval quanto nas missas e procissões.

A cultura nos parece uma ótima ferramenta de compreensão das diferenças entre as sociedades e os indivíduos. Como descrito por Da Matta, ela é um mapa, através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

Fonte: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/cultura-por-que-e-para-quem/> [adaptado]

01) Após leitura do texto “Cultura: por que e para quem?”, de autoria de Fernando da Silva, compreende-se, em outras palavras, que, segundo o referido autor:

- a) a cultura é um meio pelo qual se pode medir a inteligência das pessoas.
- b) embora muitos estudiosos da sociologia e da antropologia possuam diferentes interpretações do significado de cultura, o que permanece, para esses pensadores, é a relação entre cultura e erudição.
- c) as pessoas com baixa cultura não possuem o hábito de ler, enquanto as pessoas com alta cultura são intelectuais.
- d) o carnaval é um elemento cultural mais forte do que a religião.
- e) não existem culturas inferiores ou superiores, pois todos os grupos sociais possuem hábitos e costumes que revelam sua cultura.

02) Analise as afirmativas a seguir sobre o texto de Fernando da Silva.

- I. As menções realizadas ao estudioso Raymond Williams e ao Antropólogo Roberto da Matta revelam o recurso da intertextualidade na construção do texto;
- II. O termo em negrito na frase “A cultura **nos** parece uma ótima ferramenta de compreensão das diferenças entre as sociedades e os indivíduos” classifica-se, morfológicamente, como pronome pessoal do caso reto;
- III. Na frase “**Como descrito por Da Matta**, ela é um mapa, através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas”, a vírgula que separa o termo em negrito do restante do texto é obrigatória porque o adjunto adverbial está deslocado;
- IV. Na frase “Na atualidade, não é difícil **que** se encontre indivíduos que acreditam em formas de cultura superiores a outras”, o termo em negrito trata-se de uma conjunção integrante que precede uma oração subordinada substantiva subjetiva.

Após análise das afirmativas, conclui-se que estão corretas:

- a) as afirmativas I, II e IV.
- b) as afirmativas I, III e IV.
- c) as afirmativas I, II, III e IV.
- d) as afirmativas III e IV.
- e) as afirmativas II e III.

03) Na frase “Pense no Brasil, **um país rico em território**, com cinco regiões tão distintas, com crenças múltiplas, variadas manifestações culinárias e ampla diversidade”, retirada do texto de Fernando da Silva, o termo destacado em negrito exerce função sintática de:

- a) adjunto adnominal.
- b) adjunto adverbial.
- c) aposto.
- d) oração subordinada adjetiva.
- e) complemento nominal.

04) Assinale, a seguir, a alternativa cuja oração em destaque **não se trata de uma oração subordinada adjetiva**.

- a) O Botafogo, **cujo passado é glorioso**, continua alegrando;
- b) Os dois, **os quais você ajudou**, já estão recuperados;

- c) Procurar aprender Língua Portuguesa, **que é importante**, você não quer;
- d) Nós fizemos um barulho **que ninguém conseguia conversar**;
- e) Ali, **onde você mora**, não é o melhor lugar do mundo.

05) As conjunções integrantes precedem as orações que possuem valor de substantivo. Sabendo disso, assinale, a seguir, a alternativa em que o “se” possui função de conjunção integrante.

- a) Se eu morrer, morre comigo um certo modo de vida;
- b) Para que não se façam em campo apenas jogadas ensaiadas, precisam repensar o treino;
- c) Se se quer o bem, precisa-se de amor no coração;
- d) Não desejamos saber se ela é velha, mas sim se ela é eficiente;
- e) Se eles vierem, não os atenda.

Leia, a seguir, a letra da música “Os anjos”, de Legião Urbana, e responda à questão 06.

Os Anjos

Legião Urbana

Hoje não dá, hoje não dá
 Não sei mais o que dizer e nem o que pensar
 Hoje não dá, hoje não dá
 A maldade humana agora não tem nome, hoje não dá
 Pegue duas medidas de estupidez
 Junte trinta e quatro partes de mentira
 Coloque tudo numa forma untada previamente
 Com promessas não cumpridas
 Adicione a seguir o ódio e a inveja
 As dez colheres cheias de burrice
 Mexa tudo e misture bem
 E não se esqueça antes de levar ao forno
 Temperar com essência de espírito de porco
 Duas xícaras de diferença
 E um tablete e meio de preguiça
 Hoje não dá, hoje não dá
 Está um dia tão bonito lá fora e eu quero brincar
 Mas hoje não dá, hoje não dá
 Vou consertar a minha asa quebrada e descansar
 Gostaria de não saber
 Destes crimes atrozos
 É todo dia agora
 E o que vamos fazer?
 Quero voar pra bem longe
 Mas hoje não dá
 Não sei o que pensar
 E nem o que dizer
 Só nos sobrou do amor
 A falta que ficou

Fonte: <https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/46964/>

06) Após leitura da letra da música “Os anjos”, de Legião Urbana, analise as afirmativas a seguir.

- I. A letra em questão retrata o hibridismo de gêneros textuais\discursivos, ao utilizar características estruturais de uma receita culinária em uma de suas estrofes;
- II. Os verbos “pegue”, “junte”, “coloque”, “adicione”, “mexa” e “misture” estão conjugados no modo subjuntivo;
- III. Nos versos “Só nos sobrou do amor\A falta que ficou”, o sujeito do verbo sobrar é representado pelo pronome “nos”;
- IV. No verso “A falta **que** ficou”, o termo em destaque é um pronome relativo.

Após análise das afirmativas, conclui-se que estão corretas:

- a) as afirmativas III e IV.
- b) as afirmativas I e IV.
- c) as afirmativas I, II, III e IV.
- d) as afirmativas II, III e IV.
- e) as afirmativas II e IV.

07) No que diz respeito ao uso do hífen, assinale, a seguir, a alternativa cuja **palavra está grafada incorretamente**.

- a) Pré-estreia;
- b) Re-estabelecido;
- c) Mesa-redonda;
- d) Micro-ondas;
- e) Hiper-realismo.

Leia, a seguir, o poema intitulado “Poema tirado de uma notícia de jornal”, de Manuel Bandeira, e responda à questão 08.

Poema tirado de uma notícia de jornal

Manuel Bandeira

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão [sem número]
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro
Bebeu
Cantou
Dançou
Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

Fonte: BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem*. Rio de Janeiro: Editora Global, 1930.

08) Ao ler o poema de Manuel Bandeira apresentado, percebe-se, pelo uso dos verbos, a predominância da seguinte tipologia textual:

- a) narração.
- b) injunção.
- c) dissertação.
- d) descrição.
- e) argumentação.

Leia, a seguir, o anúncio da Coca-Cola e responda à questão 09.



Fonte: <https://www.esquentapromocao.com/2019/05/promocao-ganhe-1-urso-de-pelucia-coca.html>

09) No que diz respeito às funções da linguagem, percebe-se que, no anúncio apresentado, a Coca-Cola usa, predominantemente:

- a) a função conativa.
- b) a função poética.
- c) a função emotiva.
- d) a função metalinguística.
- e) a função referencial.

Leia, a seguir, o poema intitulado “Vou-me embora para pasárgada”, de Manuel Bandeira, e responda à questão 10.

Vou-me embora pra Pasárgada

Manuel Bandeira

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei

Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz

Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização
Tem um processo seguro
De impedir a concepção
Tem telefone automático
Tem alcaçoide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
— Lá sou amigo do rei —
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada.

Fonte: BANDEIRA, Manuel. *Libertinagem*.
Rio de Janeiro: Editora Global, 1930.

10) Após leitura do poema “Vou-me embora pra Pasárgada”, de Manuel Bandeira, analise, como verdadeiras (V) ou falsas (F), as afirmativas a seguir.

- I. No verso “**Vou-me** embora pra Pasárgada”, o termo em destaque apresenta a colocação pronominal denominada mesóclise, que é bem comum nos textos dos escritores do cânone literário;
- II. Nos versos “De tal modo inconsequente\ **Que** Joana a Louca de Espanha”, o termo em destaque classifica-se como pronome relativo;
- III. No verso “Vou-me embora pra Pasárgada”, o termo “pra” não se adequa ao uso da norma-padrão e deve ser, imediatamente, corrigido;
- IV. Os verbos “escolherei”, “farei”, “andarei”, “montarei” e “subirei” estão conjugados na primeira pessoa do singular do futuro do presente do modo indicativo.

Após análise das afirmativas, conclui-se que a sequência correta é:

- a) V - V - V - F.
- b) V - V - F - F.
- c) V - V - F - V.
- d) F - F - V - V.
- e) F - F - F - V.

Leia atentamente os textos a seguir para responder às questões de 11 à 17.

TEXTO 1



TEXTO 2

A consciência de se ter um problema, seja ele qual for, é o primeiro passo para o resolver. E este é um problema que não se resolve com resoluções de Ano Novo. O uso excessivo dos ecrãs, em particular dos smartphones, é uma dependência sem substância, mas não sem consequências. Muitas vezes, o que nos parece ser um comportamento de descontração ou de combate ao tédio, não passa da resposta a um impulso que não controlamos. O acesso constante a um fluxo interminável de informação e de estímulos cria em nós a necessidade de mais informação e de mais estímulos.

Adaptado de David Dinis, “Estamos viciados em telemóveis, mas há cura”. Público, 2023.

11) Com base na articulação entre a linguagem verbal (Texto 2) e a não verbal (Texto 1), a principal crítica construída pelos textos refere-se:

- a) à substituição de experiências e necessidades primárias, como a alimentação e a socialização, pelo consumo de conteúdo digital.
- b) à baixa qualidade nutricional dos alimentos na era moderna, fazendo com que as pessoas busquem refúgio nos dispositivos eletrônicos.
- c) à evolução da tecnologia dos talheres, que agora competem com a interatividade oferecida pelos smartphones durante as refeições.
- d) à falta de criatividade dos restaurantes contemporâneos, que não oferecem mais atrativos para além da conexão com a internet.
- e) ao aumento do tédio na sociedade, que só pode ser combatido eficazmente por meio do acesso contínuo a informações e estímulos.

12) No trecho do Texto 2, “o que nos parece ser um comportamento de descontração ou de combate ao tédio, não passa da resposta a um impulso que não controlamos”, a relação semântica estabelecida entre as duas orações é de:

- a) conclusão, inferindo que o impulso é o resultado lógico do comportamento de descontração.
- b) explicação, pois a segunda oração detalha os motivos pelos quais o tédio é combatido.
- c) comparação, equiparando o comportamento de descontração a um impulso descontrolado.
- d) Ao assinar documentos que expressem sua opinião técnica, o assistente social não precisa identificar seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.
- e) finalidade, mostrando que o objetivo de buscar a descontração é satisfazer um impulso.

13) A palavra “ecrãs”, utilizada no Texto 2, embora menos comum no português do Brasil, é perfeitamente legítima no português europeu, significando “telas”. A ocorrência de tal vocábulo em um texto em circulação no Brasil ilustra o fenômeno da:

- a) variação diacrônica, pois “ecrã” é um termo arcaico que caiu em desuso no português brasileiro.
- b) variação diafásica, que se refere à adequação da linguagem a diferentes situações formais ou informais de comunicação.
- c) variação diastrática, que está relacionada às diferenças de linguagem entre distintos grupos sociais ou culturais.

d) estrangeirismo, pois a palavra “ecrã” foi importada diretamente do francês sem qualquer adaptação à fonologia portuguesa.

e) variação linguística, especificamente a diatópica (geográfica), que reflete as diferenças entre variantes da mesma língua.

14) Observe o período: “A consciência de se ter um problema, seja ele qual for, é o primeiro passo para o resolver”. A oração destacada classifica-se sintaticamente como:

- a) oração coordenada sindética alternativa, pois apresenta uma opção em relação ao tipo de problema.
- b) oração subordinada adjetiva restritiva, pois limita o sentido do substantivo “problema”.
- c) oração subordinada adverbial concessiva, pois admite uma ideia que se opõe à principal, mas não a impede de ocorrer.
- d) oração subordinada substantiva apositiva, uma vez que explica o termo antecedente “problema”.
- e) oração subordinada adverbial condicional, já que impõe uma condição para que a consciência seja o primeiro passo.

15) Considerando as regras de pontuação da norma-padrão da língua portuguesa, analise as assertivas abaixo.

- I. Em “O acesso constante a um fluxo interminável de informação e de estímulos cria em nós a necessidade de mais informação...”, o sujeito da oração é composto, o que justifica a ausência de vírgula antes do verbo “cria”.
- II. A estrutura “seja ele qual for” (Texto 2) deve, obrigatoriamente, ser isolada por vírgulas por constituir uma oração adverbial intercalada.
- III. No período “Muitas vezes, o que nos parece ser um comportamento de descontração..., não passa da resposta...”, a vírgula após “Muitas vezes” é utilizada para isolar um adjunto adverbial de tempo deslocado para o início da frase.

É correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

16) Analise as afirmativas sobre a estrutura e formação de palavras.

- I. O termo “interminável” (Texto 2) é formado por derivação prefixal e sufixal, a partir do verbo “terminar”.
- II. A palavra “descontração” (Texto 2) é um exemplo de derivação parassintética, pois o prefixo e o sufixo foram adicionados simultaneamente.
- III. O vocábulo “smartphone” (Texto 2) é um substantivo composto por justaposição, formado por dois radicais de origem inglesa.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

17) Em qual das alternativas a reescrita da frase “O uso excessivo dos ecrãs é uma dependência sem substância, mas não sem consequências” preserva o sentido original e a correção gramatical?

- a) Embora o uso excessivo dos ecrãs seja uma dependência sem substância, ele acarreta consequências.
- b) Uma vez que o uso excessivo dos ecrãs é uma dependência sem substância, ele também é isento de consequências.
- c) O uso excessivo dos ecrãs é uma dependência sem substância, e similarmente não apresenta consequências.
- d) Caso o uso excessivo dos ecrãs fosse uma dependência sem substância, ele traria consequências.
- e) O uso excessivo dos ecrãs é uma dependência sem substância, portanto não possui consequências.

18) Assinale a alternativa em que a regência verbal e o uso do sinal indicativo de crase estão em conformidade com a norma-padrão.

- a) A falta de controle sobre os impulsos custou à ele a perda de momentos preciosos com a família.
- b) A sociedade visa à uma solução para o vício digital, preferindo o diálogo à solidão imposta pelos algoritmos.
- c) A dependência tecnológica implica riscos à saúde mental, por isso o usuário deve aspirar a uma vida com menos telas.
- d) O filme a que assistimos ontem alude à uma realidade preocupante, na qual todos obedecem à telas luminosas.
- e) O especialista procedeu à análise dos dados e informou à todos sobre os perigos do uso excessivo de redes sociais.

19) A concordância verbal e nominal está plenamente de acordo com a norma-padrão em:

- a) Foi constatado, através de várias pesquisas, a dependência e o vício em tecnologia, que hoje afeta um bilhão de pessoas no mundo.
- b) Fazem dois anos que a maioria dos usuários de smartphones se queixa de que os estímulos e a informação contínua os deixam exaustos.
- c) Segue anexo ao relatório as estatísticas sobre o uso de celular; é proibido a entrada com aparelhos ligados naquela seção.
- d) Haja vista os problemas causados, considerou-se preocupante as consequências do vício digital para as novas gerações.
- e) Nem a publicidade nem o design dos aplicativos parece suficiente para explicar o grau de dependência que os usuários manifesta.

20) A concordância verbal e nominal está plenamente de acordo com a norma-padrão em:

- a) é, nós, já.
- b) último, estímulos, rápido.
- c) resolver, particular, acesso.
- d) três, mês, há.
- e) substância, consequências, tédio.

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO E LEGISLAÇÃO

21) A inauguração do Açude Epitácio Pessoa [e outros grandes açudes] consolidava assim a política de serviços hídricos do Governo Federal para a região Nordeste [...]. Por isso mesmo, eram as obras preferidas pelos políticos de todos os níveis.

Com base no texto sobre a construção do açude Epitácio Pessoa e a política de serviços hídricos no Nordeste, assinale (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as afirmativas falsas.

- () Importante registrar que na época da construção do Epitácio Pessoa houve uma pressão de políticos e líderes religiosos para a conclusão das obras do açude como forma de solucionar o grave problema de abastecimento d'água de Campina Grande.
- () Desde 1939, Campina Grande era abastecida pela represa de Vaca Brava, localizada próxima ao município de Areia, no Agreste Paraibano.
- () O Governo Federal construiu pequenos açudes como solução definitiva para a falta d'água no Nordeste.
- () As obras hídricas no Nordeste eram apresentadas como solução para a falta d'água e impressionavam pela grandiosidade.

A sequência correta é:

- a) V - V - V - V;
- b) F - F - V - F;
- c) F - V - F - V;
- d) V - V - V - F;
- e) V - V - F - V.

22) O processo de ocupação da cidade de Boqueirão, assim como em outros municípios do interior nordestino, esteve intimamente ligado a fatores econômicos, sociais e políticos. Segundo estudos presentes no livro *“Boqueirão: história, cultura e identidade”*, a formação da antiga Vila de Carnoió relaciona-se economicamente:

- a) Desde o início do povoamento, como centro econômico autônomo, exercendo influência sobre Cabaceiras e demais localidades próximas.
- b) A efetivação da posse da terra de forma pacífica e espontânea, sem a presença de bandeiras ou de famílias que conduzissem expedições colonizadoras.
- c) A partir do impulso da cotonicultura no interior do Nordeste, mais precisamente na região do

Agreste e do Cariri paraibano em meados do século XIX.

- d) Ao desenvolvimento das atividades pecuárias e comerciais, por meio de currais e feiras de gado próximos ao rio Paraíba, processo decisivo para a ocupação da região de Boqueirão na segunda metade do século XVII.
- e) A mineração, principal atividade econômica responsável pelo povoamento inicial da antiga Vila de Carnoió.

23) Com relação aos principais eventos culturais que ocorrem na cidade de Boqueirão, assinale a alternativa correta.

- I. A padroeira do Município é Nossa Senhora do Desterro, cujos festejos acontecem no mês de Janeiro.
- II. Em 29 de abril comemora-se o aniversário de emancipação política do município.
- III. A FLIBO (Festa Literária de Boqueirão) teve seu início no ano de 2010.

Sobre as assertivas acima, é correto afirmar:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

24) Observe a imagem abaixo.



Torre construída para calcular volume já está totalmente descoberta pela água do açude de Boqueirão, na Paraíba
Foto: Artur Lira /G1 (18/04/2017)

No ano de 2016, num período de grande estiagem, mais precisamente em março, o açude Epitácio Pessoa chegou ao seu menor nível de volume de água acumulado: 2,9%. O açude esteve à beira de um colapso e o cenário pedia uma rápida conclusão

especialmente de uma das partes do Projeto de Integração do Rio São Francisco que, leva a água do Rio São Francisco para regiões do Nordeste brasileiro que sofrem com a escassez hídrica, beneficiando estados como Pernambuco e Paraíba e a população local através do abastecimento humano, irrigação, entre outros usos.

Marque a alternativa que corresponde a parte do Projeto de Integração do Rio São Francisco apontada como essencial para garantir o abastecimento hídrico da região.

- a) Transposição do Rio Tocantins desaguando no Rio São Francisco.
- b) Eixo Leste, beneficiando parte do Sertão e da região Agreste de Pernambuco e Paraíba.
- c) Canal da Redenção, levando água do São Francisco para o Açude Mãe D'água, em Coremas.
- d) Eixo Norte, levando água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- e) Transposição da Barragem de Sobradinho, levando água através da cidade de Monteiro até o Açude Epitácio Pessoa.

25) A economia agrícola de Boqueirão passou por transformações significativas ao longo do século XX. De acordo com Dantas (1995) e Melo (1985), a agricultura de autoconsumo foi substituída por uma agricultura de caráter comercial, impulsionada pelas políticas públicas de incentivo à industrialização da agricultura brasileira. Entre as décadas de 1970 e 1980, uma cultura agrícola se destacou na região por apresentar maior aceitação no mercado e oferecer retorno financeiro expressivo aos agricultores locais, condição que ainda se verifica nos dias atuais.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) Tomate
- b) Cebola
- c) Pimentão
- d) Banana
- e) Milho

26) Todos os Municípios brasileiros, segundo a Constituição Federal, devem ter a sua Lei Orgânica. Determina a Constituição que, apesar da autonomia de cada Município, há regras que são universais para todos. Sobre isso é correto afirmar que:

- a) O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores deverão ser eleitos em pleito direto e simultâneo em todo o país, para mandato de quatro anos.
- b) Cabe a quem exerce a Prefeitura, sob pena de

estar cometendo crime de responsabilidade, definir o momento do repasse de verbas para o funcionamento da gestão.

- c) Cabe a quem exerce a Presidência da Câmara de Vereadores não exceder o limite de quarenta por cento da receita do Legislativo Municipal com folha de pagamento, sob pena de estar cometendo crime de responsabilidade.
- d) É vedado ao Município propor normas jurídicas sob a justificativa de atender à necessidade de suplementação de normas federais ou estaduais.
- e) É vedado ao Município criar, organizar e suprimir distritos, isso sendo de competência da legislação estadual.

27) A Gestão Municipal deve estar prevista na Lei Orgânica de cada município de sorte a que seja de sua competência:

- a) supervisionar os serviços públicos federais e estaduais de interesse local.
- b) terceirizar, obrigatoriamente, programas de educação infantil e ensino fundamental.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, além de prestar contas e publicar balancetes.
- d) conceder obrigatoriamente à iniciativa privada as funções e atribuições ligadas ao ordenamento territorial.
- e) coibir os controles externo e interno voltados à fiscalização do Município.

28) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Boqueirão, são atribuições da Câmara Municipal:

- a) elaborar o orçamento anual e o plano plurianual do Município.
- b) prover os serviços e obras da administração pública, ainda que sem o aval da Prefeitura.
- c) autorizar a concessão de serviços públicos e do uso de bens municipais.
- d) superintender a arrecadação dos tributos.
- e) desenvolver o sistema viário do Município.

29) Os Vereadores são fundamentais na Gestão Municipal; sobre a sua regulamentação na Lei Orgânica do Município de Boqueirão, é correto afirmar que:

- a) aos Vereadores é permitido, no exercício do seu mandato, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", junto a pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

- b) aos Vereadores é vedado firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando obedecer a cláusula uniforme.
- c) é permitido, aos Vereadores em primeiro mandato, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo, desde que a circunscrição eleitoral de ambos seja diversa.
- d) perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões extraordinárias, salvo quando em missão no exterior.
- e) em caso de vacância por qualquer motivo, desde que superior a vinte e quatro meses, será convocado o suplente, ou realizada eleição, a decisão cabendo à Mesa da Câmara Municipal.

30) Consoante a Lei Orgânica do Município de Boqueirão, a Câmara Municipal terá Comissões permanentes e especiais, sobre as quais é correto afirmar que:

- a) na formação das Comissões será observada a representação equânime dos partidos com assento na Câmara Municipal, independentemente do quociente eleitoral de cada agremiação.
- b) as Comissões Especiais, quando compostas, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e, sendo vedada usá-las para a representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.
- c) é de competência específica de Comissão Especial, em qualquer caso, convocar Secretários Municipais para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
- d) há impedimento explícito de realização de audiências públicas com entidades da sociedade civil no âmbito das Comissões Permanentes, sob pena de perda do mandato de seus membros.
- e) às Comissões Permanentes cabe, entre outras funções, a de discutir e votar projeto de lei que dispensa, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/10 (um décimo) dos membros da Casa.

31) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Boqueirão, o Processo Legislativo deve seguir os seguintes regramentos:

- a) Propostas de mudanças na Lei Orgânica do Município precisam ser discutidas e votadas em sessão única, com um turno de votação, sendo necessária para a aprovação da emenda apenas maioria simples.

- b) No caso de alguma alteração à Lei Orgânica do Município, isso só será possível mediante proposta do Prefeito Municipal, de no mínimo um terço dos membros da Câmara Municipal ou por iniciativa popular.
- c) A competência da proposição e do encaminhamento de leis ordinárias é exclusiva da Prefeitura Municipal e elas precisam ser discutidas e votadas em sessão única, com um turno de votação, sendo necessária para a aprovação da emenda ao menos três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- d) Compete privativamente à Presidência da Câmara Municipal a iniciativa das leis que versem sobre o regime jurídico dos servidores e sobre a criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município.
- e) A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores inscritos no Município, e por ao menos um Vereador, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade e dos bairros.

32) Respeitando as normas federais e estaduais, mas observando a realidade local, a Lei Orgânica do Município de Boqueirão disciplina a Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária de modo que:

- a) Caberá à Secretaria de Finanças do Município, ou a órgão correlato, o controle externo da Câmara Municipal de Boqueirão, das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara.
- b) Considerando os controles internos de cada setor da administração municipal, não há previsão legal para controle externo de demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da Administração direta, das fundações e das autarquias instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal.
- c) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.
- d) Quando do envio de prestações de contas da gestão municipal ao Tribunal de Contas do Estado, não há a necessidade da juntada de recibos, faturas ou documentos fiscais, vez que o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores têm fé de ofício.
- e) A Lei Orgânica do Município de Boqueirão tornou desnecessária a apresentação de boletim diário de tesouraria, substituído pela prestação de contas realizada ao final do ano fiscal.

33) Quanto ao Poder Executivo, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Boqueirão, é correto afirmar que:

- a) Ao Vice-Prefeito cabe superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias, ouvida a Presidência da Câmara Municipal.
- b) Cabe ao Prefeito, em qualquer situação, prestar contas à Assembleia Legislativa Estadual, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, as informações pela mesma solicitadas quanto à dinâmica orçamentária do Município.
- c) É de responsabilidade do Prefeito receber e apreciar, a cada ano, os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias, enviados a ele pela Presidência da Câmara Municipal.
- d) Ainda que caiba ao Prefeito prover os serviços e obras da administração pública, não lhe é permitido permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros ou permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros.
- e) Ao Prefeito compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

34) A dinâmica da gestão municipal de Boqueirão, da forma como disposta na sua Lei Orgânica, necessita que sejam obedecidas, entre outras, as seguintes determinações de ordem geral:

- a) É de competência e iniciativa do Poder Executivo estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) Caberá exclusivamente à Presidência da Câmara Municipal eventual autorização para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a demissão de pessoal.
- c) Eventuais alterações ou ajustes na legislação tributária ou nos modos de sua aplicação e acompanhamento são de exclusiva responsabilidade da Câmara de Vereadores, a qual deve proferir decisões aprovadas por ao menos 02 (dois) terços dos seus membros.
- d) O Poder Público Municipal poderá intervir no domínio econômico, desde que nos limites do objetivo de estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais, tributando, para tanto, cooperativas e a propriedade rural em geral.

e) Em prol da livre concorrência e do respeito à livre iniciativa, será vedado ao Município oferecer tratamento jurídico ou tributário diferenciado à microempresa ou à empresa de pequeno porte.

35) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Boqueirão, a administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, de forma a que:

- a) os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- b) para garantia do mérito como elemento estruturante da carreira, não haverá previsão legal para o disciplinamento da remuneração dos servidores públicos, especialmente no que tange aos limites máximos dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.
- c) os cargos em comissão e as funções de confiança serão preenchidos por livre deliberação da gestão municipal, preferencialmente, por indivíduos que não sejam ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional.
- d) os cargos, empregos ou funções públicas serão acessíveis aos que preencham os requisitos legais, a investidura em cargo ou emprego público dependendo de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
- e) os servidores do poder legislativo, em especial os ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança, terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36) A competência tributária não se confunde com a capacidade tributária ativa. Aquela se traduz na aptidão para instituir tributos, enquanto esta é o exercício da competência, ou seja, a aptidão para cobrar tributos. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos, taxas, contribuições de melhoria, assim como as contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública.
- b) Em Território Federal, os impostos estaduais são de competência da União. Caso o Território não seja dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais também são de competência da União.
- c) Em virtude do princípio federativo, que, entre outras consequências, delimita entre os entes políticos o poder de tributar, ao Distrito Federal compete apenas instituir espécies tributárias próprias dos Estados-membros da Federação.
- d) A União pode instituir, via lei ordinária, impostos além dos previstos na Constituição, mediante dois requisitos: que eles sejam não cumulativos e que não tenham fato gerador próprio dos impostos já previstos constitucionalmente.
- e) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é permitida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

37) A União ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica XYZ Ltda., devedora de tributos federais. No curso da execução fiscal, a falência da pessoa jurídica foi decretada. Após requerimento da União, deferido pelo juízo, Francisco, sócio da pessoa jurídica XYZ Ltda., é incluído no polo passivo da execução fiscal, em razão da decretação da falência. Sobre a hipótese, é possível afirmar que:

- a) A decretação de falência autoriza o redirecionamento da execução fiscal para Francisco, por ser considerada hipótese de infração à lei, que enseja responsabilidade tributária.
- b) Francisco não poderia, unicamente em razão da decretação de falência de XYZ Ltda., ser incluído no polo passivo da execução fiscal.
- c) O fato de Francisco ser sócio da XYZ Ltda., acarreta, por si só, responsabilidade pessoal pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias da pessoa jurídica.
- d) Francisco não poderia ser incluído no polo passivo, ainda que fosse administrador da

XYZ Ltda., e tivesse encerrado ilegalmente as atividades da pessoa jurídica.

- e) Francisco só poderia ser incluído no polo passivo se fosse sócio minoritário.

38) Determinado contribuinte verificou a existência de débitos vencidos de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da taxa de coleta de lixo com o Município M. Os dois tributos são relativos ao ano-calendário de 2022. e se referem ao imóvel onde reside. O contribuinte pagou ao Município M montante insuficiente para a quitação de ambos os tributos.

Diante de tais débitos, a autoridade administrativa municipal que recebeu o pagamento:

- a) Determinará o pagamento na ordem crescente dos montantes.
- b) Determinará o pagamento na ordem decrescente dos prazos prescricionais.
- c) Determinará, primeiramente, a imputação do pagamento à taxa e, posteriormente, ao imposto.
- d) Determinará, primeiramente, a imputação do pagamento ao imposto e, posteriormente, a taxa.
- e) Em nenhuma hipótese o Município poderia exigir a complementação de pagamento de quaisquer dos tributos.

39) A Cia. de Limpeza do Município de Trás os Montes, empresa pública municipal, vendeu um imóvel de sua titularidade situado na Rua Dois, da Quadra 23, localizado no nº 06. Neste caso, o novo proprietário:

- a) Não paga o imposto de transmissão de bens imóveis, em função de ser bem público.
- b) Fica isento do imposto predial e territorial urbano, ante a imunidade do patrimônio público.
- c) Paga o IPTU, mas não paga o ITBI, uma vez que, nesta última hipótese, quem transmite a propriedade do bem é empresa pública.
- d) Fica obrigado a pagar todos os tributos que recaiam sobre o bem.
- e) Só estaria obrigado a quaisquer obrigações tributárias se o adquirente fosse entidade religiosa.

40) Recém-nascido recebe como herança a propriedade de um bem imóvel, localizado em zona urbana e residencial. Diante desse fato, considerando-se o disposto no art. 126, inciso I do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- I. A incapacidade civil do menor elide a sujeição tributária passiva, pois esta depende de prévia análise objetiva do fato imponible.
- II. A sujeição passiva tributária recai sobre o representante legal do menor, pois ele é insuscetível de capacidade tributária.
- III. O menor é o contribuinte dos tributos relativos ao bem, pois a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil da pessoa natural.

Assinale a(s) assertiva(s) correta(s):

- a) Somente está correta a opção III
- b) Estão corretas as opções II e III
- c) Apenas a opção I está correta
- d) Está correta apenas a opção II
- e) Nenhuma está correta

41) Quanto ao ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, o art. 155, inciso I, § 1º da Constituição Federal estabelece que compete aos Estados e ao Distrito Federal sua instituição.

Diante de tal assertiva, é CORRETO se afirmar:

- a) Que relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o "de cujus", ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- b) Que relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.
- c) Que relativamente a bens imóveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o "de cujus", ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- d) Que relativamente a bens imóveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador ou ao Distrito Federal.
- e) Que terá competência para sua instituição regulada por lei ordinária.

42) Segundo os artigos 19 e 20 do Código Tributário Nacional, o imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional, e sua base de cálculo:

- I. Quando a alíquota seja *ad valorem*, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País.
- II. Quando se trate de produto apreendido ou abandonado, levado a leilão, o preço da arrematação.
- III. A capacidade econômico/financeira do importador ou quem a lei a ele equiparar.
- IV. O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a saída destes do território nacional.
- V. Quando a alíquota seja específica, a unidade de medida adotada pela lei tributária.

Indique a quantidade de assertiva(s) correta(s):

- a) Nenhuma está correta
- b) Duas assertivas
- c) Uma assertiva
- d) Todas as assertivas
- e) Três assertivas

43) O conjunto das regras destinadas a regular a instituição, a cobrança, a arrecadação e a partilha de tributos é chamado de "Sistema Tributário Nacional", nesse sentido, o § 3º do art. 145 da Constituição Federal assevera que ele deve observar os seguintes princípios:

- a) Legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- b) Oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade.
- c) Simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- d) Onerosidade, do interesse público, da legalidade, da anterioridade e da capacidade contributiva.
- e) Justiça tributária, Legalidade, Isonomia, Moralidade e do Interesse público.

44) De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, dependendo do objeto e do escopo da fiscalização, é possível a integração de dois ou mais tipos de auditoria. Os principais tipos de auditoria do Setor Público são:

- a) Auditoria Interna e Externa.
- b) Auditoria Interna ou de Terceira Parte.
- c) Auditoria Operacional e Independente.
- d) Auditoria Financeira, Operacional e de Conformidade.
- e) Auditoria Operacional, Financeira e Pública.

45) O Ativo Não Circulante que é classificado por “bens corpóreos destinado à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferiram a companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”, essa definição se trata de um Ativo:

- a) Estoque
- b) Intangível
- c) Investimentos
- d) Imobilizado
- e) Realizável a longo prazo

46) A contabilidade é a ciência que estuda a prática as funções de orientação, de controle e de registro dos atos e de uma administração econômica, o objeto de estudo da contabilidade é dívida em três elementos: Bens, Direitos e Obrigações, assinale a alternativa que representa o objeto da contabilidade:

- a) O patrimônio
- b) Capital Social
- c) Ativo + Passivo
- d) Balanço patrimonial
- e) As demonstrações contábeis

47) Segundo a NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador, o profissional contábil deverá exercer a profissão com excelência e eficácia seguindo as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação vigente, resguardando o interesse público, os interesses de seus clientes ou empregadores. Conforme os deveres com relação ao exercício da profissão, assinale a alternativa correta:

- a) Integridade, Objetividade, Competência e zelo profissionais, Confiabilidade e Comportamento Profissional.
- b) Solidariedade, Objetividade, Capacidade Técnica
- c) Zelo, Diligência, Honestidade e Capacidade Técnica.
- d) Consideração, Harmonia de Classe, Solidariedade, Respeito e Apreço.
- e) Integridade, Competência e zelo profissionais, Capacidade Técnica e Diligência.

48) As Características qualitativas das demonstrações contábeis dividem-se em Fundamentais e de Melhorias, essas características visam garantir que as informações contábeis sejam úteis e relevantes para a tomada de decisões pelos usuários. De acordo com o exposto, qual alternativa NÃO representa uma Característica de Melhoria:

- a) Verificabilidade
- b) Tempestividade
- c) Comparabilidade
- d) Compreensibilidade
- e) Representação Fidedigna

49) O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, o certame conduz as decisões a serem tomadas pela administração da entidade. Segundo a NBC TI 01, o Relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, alguns dos seguintes aspectos:

- I. O objetivo, a extensão dos trabalhos e a metodologia adotada, como forma de evidenciar todo o conjunto de normas e diretrizes desempenhadas;
- II. Não é necessário evidenciar as limitações no relatório, pois não apresenta riscos para a empresa auditada;
- III. A formação da opinião do Auditor é baseada pela descrição dos fatos constatados, juntamente com as evidências encontradas;
- IV. O Parecer é um documento crucial, pois nele é expressado a opinião do Auditor, evidenciando se as demonstrações estão em conformidade, contendo também recomendações de melhoria dos fatos.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) IV, apenas.
- e) I, III e IV.

50) A empresa Beta apresentou a seguinte estrutura patrimonial em determinado período:

Salários a pagar	R\$ 20.000,00
Duplicata a Receber	R\$ 25.000,00
Capital Social	R\$ 200.000,00
Banco	R\$ 50.000,00
Edificações	R\$ 90.000,00
Fornecedores	R\$ 30.000,00
Empréstimos a pagar (longo prazo)	R\$ 50.000,00
Terrenos	R\$ 45.000,00
Estoque	R\$ 65.000,00
Investimentos	R\$ 25.000,00

Com base nas informações apresentadas, os valores de Ativo Não Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido são, respectivamente:

- a) R\$ 225.000,00, R\$ 50.000,00 e R\$ 200.000,00
- b) R\$ 160.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 100.000,00
- c) R\$ 160.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 200.000,00
- d) R\$ 160.000,00, R\$ 50.000,00 e R\$ 200.000,00
- e) R\$ 225.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 200.000,00